

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

Divisão de Concepção

Of.Circulado n.º: 20153 2011-09-27

Processo: 3458/2008

Entrada Geral:

N.º Identificação Fiscal (NIF):

Sua Ref.ª:

Técnico:

Cód. Assunto:

Origem:

Subdirectores - Gerais
Directores de Serviços
Directores de Finanças
Chefes de Serviços de Finanças

Assunto: EBF - ARTIGO 33.º, N.º 6 - OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DOS PASSIVOS DE BALANÇO.

Exmos. Senhores:

Tendo-se suscitado dúvidas sobre a interpretação do disposto no n.º 6 do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, foi, por despacho do Director – Geral dos Impostos, de 20 de Maio de 2011, sancionado o seguinte entendimento:

1. O Dec. Lei n.º 84/93, de 18 de Março, operou o desdobramento pelos vários tipos de operações, que até aí constavam genericamente no n.º 6 do então artigo 41.º (actual artigo 33.º) do EBF e precisou, quanto às instituições de crédito instaladas nas zonas francas, que a isenção dos rendimentos pagos respeita apenas às “operações de financiamento dos passivos de balanço” dos respectivos estabelecimentos estáveis situados nas zonas francas.
2. A introdução destas alterações configurou um intuito claramente limitador face ao regime anteriormente em vigor, o que ressalta do teor da autorização legislativa que a permitiu [alínea b) do n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 2/92, de 29 de Março – OE 1992], ao determinar que a revisão do regime contido no então artigo 41.º do EBF tinha como finalidade evitar distorções económicas no território nacional e reafirmar o princípio da não aplicação dos benefícios às operações com residentes no referido território.
3. O legislador, ao introduzir as alterações acima indicadas, terá efectivamente pretendido clarificar o âmbito da isenção em apreço, esclarecendo que a mesma

Nos seus contactos com a Administração Fiscal, por favor mencione sempre o nome, a referência do documento, o N.º de Identificação Fiscal (NIF), o domicílio fiscal e o número do processo.

Av.ª Eng.º Duarte Pacheco, 26 - 7.ª - 1099-013 LISBOA
Email: irc@dgci.min-financas.pt

Tel. (+351)21 383 42 00

Fax: (+351)21 383 45 93

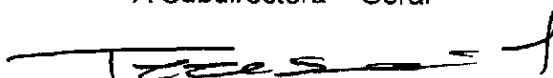
www.portaldasfinancas.gov.pt

não é aplicável a todos os rendimentos pagos pelas sucursais financeiras instaladas nas zonas francas, mas apenas àqueles que tenham na sua origem créditos que estejam efectivamente ligados a operações de captação de fundos imputáveis a esses estabelecimentos.

4. Deve, assim, concluir-se que a isenção estabelecida no n.º 6 do artigo 33.º do EBF abrange exclusivamente os rendimentos pagos pelas sucursais financeiras instaladas nas zonas francas que respeitem a recursos alheios, ou seja, obtidos junto de terceiros, registados como passivos nos respectivos balanços e que estejam efectivamente afectos às operações que lhes sejam imputáveis, como sejam, os depósitos, empréstimos e demais operações de captação de fundos, designadamente responsabilidades representadas por títulos negociáveis emitidos pela instituição de crédito, que se destinem exclusivamente a financiar as aplicações que sejam efectuadas através destas sucursais, e cujos beneficiários sejam: i) entidades instaladas nas zonas francas que não sejam instituições de crédito, sociedades financeiras ou sucursais financeiras, que realizem operações próprias da sua actividade com residentes ou estabelecimentos estáveis de não residentes; ou, ii) entidades não residentes em território português, exceptuados os estabelecimentos estáveis nele situados e fora das zonas francas.
5. Deve, ainda, recordar-se que a aplicação desta isenção dependerá da comprovação da condição de não residente dos beneficiários dos rendimentos, a qual deve ser efectuada nos termos previstos nos números 14 e 15 do referido artigo 33.º do EBF.

Com os melhores cumprimentos,

A Subdirectora – Geral



Teresa Gil